

A PRÁTICA DA TRADUÇÃO POR TEÓRICOS TRADUTORES¹

Cristina Carneiro Rodrigues

De uma maneira geral, associa-se ética a um comportamento ou ação, ou seja, relaciona-se uma concepção teórica a um fazer. Muitos teóricos propuseram uma ética tradutória e tentaram estabelecer modos adequados de proceder à transformação de um texto escrito em uma língua para outra. Dentre as várias propostas teóricas que indicam um modo de conduzir a prática, selecionei a de tradutores que, em seus textos, demonstram explicitamente preocupação com fidelidade e ética. Meu propósito não é informar qual é a proposta teórica de cada um desses autores, mas examinar seus conceitos de tradução — ou de boa tradução — e a maneira como concebem o papel do tradutor, para evidenciar que tanto a teoria quanto a prática da tradução são estreitamente vinculadas a um tempo e lugar. Em outras palavras, pretendo estabelecer uma relação entre o lugar de onde um teórico fala e o que fala, ou entre o que propõe e o que faz, assim como argumentar que não há uma maneira de traduzir que seja adequada para qualquer época e local ou aceitável em qualquer situação.

São quatro os autores que vou abordar: Antoine Berman, Lawrence Venuti, e os irmãos Haroldo e Augusto de Campos. Selecionei, assim, um francês, um americano e dois brasileiros. São provenientes e atuam — ou atuaram, pois Berman e Haroldo de Campos faleceram — em contextos diversos, traduzem para três línguas com diferentes *status*, mas são todos provenientes de culturas que privilegiam traduções fluentes.

Começo com Berman (1984), para quem uma boa tradução, uma tradução ética, é a que não é etnocêntrica, a que não apaga a língua e a cultura estrangeiras. Para ele, a boa tradução é a “tradução da letra”, que abre “no plano da escrita uma certa relação com o Outro” e fecunda “o Próprio pela mediação do estrangeiro”; “é ser abertura, diálogo, mestiçagem, descentralização. Ou a tradução é posta em contato, ou não é nada” (1984: 16²). A “tradução ruim” é a tradução etnocêntrica, que, “geralmente com o pretexto da transmissibilidade, opera uma negação sistemática do estrangeirismo da obra estrangeira” (p. 17). Isso significa uma reação contra a tradição francesa das *belles infidèles*, totalmente adequadas às normas da cultura francesa, que, em lugar de se “abrirem ao influxo das línguas estrangeiras”, adequam-se ao “modo de comunicação das esferas

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada na mesa-redonda intitulada “Teorias da tradução: perspectivas históricas e olhares contemporâneos”, durante a XXVII Semana do Tradutor, na UNESP, São José do Rio Preto, em setembro de 2007.

² As citações de Berman foram traduzidas por mim.

intelectuais e políticas européias”, sem estabelecer diálogo com o Outro (p. 62).³ As concepções de Berman (1984) apontam para a não aceitação de qualquer adaptação, de qualquer adequação para o público, seja para a cultura, seja para um segmento específico de público, pois a boa tradução nem é apropriadora nem redutora — não se pode apropriar o outro e reduzi-lo ao próprio, ao familiar, doméstico. A tradução tem que ser criadora e enriquecedora.

De acordo com Berman (1984), a fidelidade ao sentido é infidelidade à letra — e essa fidelidade é relacionada ao jogo de significantes; não se trata de ser literal, servil, mas ser livre para buscar uma relação que não assimile o Outro, que faça aparecer as relações entre os significantes do original.

Dessa maneira, o tradutor não é visto como um humilde mediador que apenas restitui o sentido dos textos, como um subalterno que se apaga, mas é quem se posiciona perante o texto que traduz, preservando as características que seriam fundamentais para fazer o Outro aparecer.

Venuti também manifesta preocupação com a “visibilidade” do Outro e, em vários de seus textos (ver, por exemplo, Venuti, 1995 e [1998] 2002), propõe uma estratégia de resistência à privilegiada pela cultura anglo-americana, que se caracterizaria pela fluência e a conseqüente invisibilidade do tradutor. Editores e leitores desejariam uma leitura fluente, que não faça o leitor parar para pensar, privilegiando textos que apaguem a intervenção do tradutor, que sejam lidos como se tivessem sido escritos em sua própria língua e não revelem ter havido mediação. Essa estratégia é também, de acordo com Venuti, um fator que impede o reconhecimento do trabalho intelectual envolvido no processo de tradução.

Venuti reconhece que alguma apropriação etnocêntrica do Outro é inevitável, mas reitera que o tradutor deve se mostrar visível e revelar o Outro e o seu modo de significar. Assim, a tradução deve permitir que o Outro apareça enquanto estrangeiro, não como doméstico. A boa tradução “resiste a essa ética assimilativa ao salientar as diferenças lingüísticas e culturais do texto” (Venuti, [1998] 2002: 29), ao buscar modificar padrões já estabelecidos — ou os padrões de tradução ditados pelo mercado editorial, ou os já cristalizados para a leitura de um texto ou de um autor.

Das concepções apresentadas, depreende-se que há um plano comum entre Berman e Venuti. Ambos criticam — como também o faz Haroldo de Campos — traduções conteudísticas e propõem que a tradução reconstitua, de alguma maneira, a estrangeiridade do original. O

³ Em *Pour une critique des traductions*, escrito em 1991, mas publicado postumamente em 1995, abranda sua crítica às traduções etnocêntricas ao priorizar traduções éticas que apresentem um “verdadeiro trabalho textual”. Assim, aceita as traduções de Perrot d’Ablancourt – consideradas como exemplares da tradição das *belles infidèles* – avaliando-as como poéticas e éticas, porque o tradutor “não dissimula de modo algum suas supressões, seus acréscimos, seus embelezamentos etc.: ele os expõe em seus prefácios e notas, francamente” (Berman, 1995: 94).

estrangeiro deve aparecer enquanto estrangeiro nas traduções, o que significa evitar, ou até banir, a estratégia da fluência, assim como romper ou subverter os cânones domésticos.

Teríamos, ainda, um outro plano em comum entre Berman e Venuti: os dois falam do lugar do hegemônico. A França foi, por séculos, país exportador de bens culturais — idéias, livros, costumes — assim como empreendeu a colonização de vários povos. Esse lugar, em meados do século XX, passou a ser ocupado pelos Estados Unidos, que, com seu poder econômico, exerce hoje influência sobre o mundo.

Ainda que essa modificação tenha ocorrido, para o francês, como para o estadunidense, olhar para o Outro continua a significar também olhar para o Outro não hegemônico, um Outro subalterno, inferior em termos de cultura ou de poder econômico. Esse Outro, em última instância, seríamos nós — do dito Terceiro Mundo.

Simplificando ao máximo, a ética da diferença seria uma proposta para olhar o Outro não hegemônico e recebê-lo em uma cultura hegemônica. Nesses termos, as práticas tradutórias recomendadas por Berman e Venuti não seriam exatamente adequadas para os tradutores brasileiros, porque o Brasil não ocupa a mesma posição que a França ou os Estados Unidos, já acolhe o suficiente o Outro hegemônico e lhe dá bastante voz.

Dados sobre traduções publicadas comprovam essa afirmação. Enquanto o percentual de traduções publicadas no Brasil entre 1991 e 1995 foi de 64 %, na França foi de 11 %, de acordo com as estatísticas da UNESCO.⁴ A Organização não fornece os percentuais dos Estados Unidos e do Reino Unido, mas, de acordo com Venuti, “nos Estados Unidos, em 1994, publicaram-se 51.863 livros, 1.418 (2,74%) dos quais eram traduções” ([1998] 2002: 302).

Não temos estudos sistemáticos que indiquem que no Brasil alguma estratégia específica seja privilegiada, mas Lia Wyler afirma que, no Brasil, “a tradução tem sido sucessiva e cumulativamente um meio de comunicação inter-pessoal, um meio de aculturação e, no século XX, um meio de difusão intensa tanto de produtos culturais para a formação das elites quanto para a diversão das massas” (1999: 97). O que a autora salienta nesse trecho é o que vemos em nosso dia a dia: um bombardeio de produções estrangeiras e a incorporação do Outro em nossa cultura.

Nesse quadro fica uma pergunta, colocada de outra maneira por Wyler (1999): seriam essas propostas teóricas adequadas para nós?⁵ Será que, em contextos não hegemônicos, a tradução ética seria mesmo a que acolhe o Outro?

Não creio que essas questões tenham uma resposta fácil, mas a teorização dos irmãos Campos talvez indique um caminho para ela. Ambos valorizam o trabalho do tradutor e o seu não

⁴ Fonte: http://www.unesco.org/culture/worldreport/html_eng/stat2/table21.pdf (acesso em 26 set. 2007).

⁵ Para Wyler (1999, p.103), “crer que teorias européias ou quaisquer outras possam dar conta das especificidades brasileiras é o mesmo que propor a existência de universais da tradução”.

apagamento, ponto em comum com Berman e Venuti. Mas sua teorização também apresenta aspectos absolutamente divergentes.

Haroldo e Augusto de Campos publicaram muitos textos sobre tradução, desde os anos 1950, em coletâneas, periódicos e jornais. Silene Moreno (2001) faz referência a fases ou momentos da produção teórica de Haroldo de Campos. Sua proposta, em um primeiro momento, seria calcada no *make it new* poundiano — a tradução como crítica para criar uma tradição de leitura, dar nova vida ao passado. Em uma segunda fase, o autor afirma que criar, recriar, não basta: traduzir é transcriar, reimaginar. Mas a liberdade transcriadora visaria promover uma maior aproximação em relação ao original e buscar os mesmos modos de intencionar do original. Haroldo de Campos chega a propor uma tradução hiperliteral e uma prática de estranhamento para atingir esse efeito — elogia as traduções de Hoelderlin e de Odorico Mendes — este acusado por Silvio Romero de ter um português macarrônico e o anterior execrado por seus contemporâneos por usar um modo grego de dizer (Campos, 1977).

Em um terceiro momento, radicaliza sua proposta teórica e o caminho transgressor é o adotado. Nos textos dessa época, Haroldo de Campos fala em intromissão, ato usurpatório, desleitura, em negação do texto definitivo e da idealização do original. A idéia é transgredir, intervir — e essa interferência já se dá na escolha do que traduzir. É dessa época a famosa frase publicada em *Verso, reverso, controverso*, de Augusto de Campos: “minha maneira de amá-los [os autores por ele selecionados] é traduzi-los. Ou degluti-los, segundo a Lei Antropofágica de Oswald de Andrade: só me interessa o que não é meu” (1978: 7). Os textos da tradição (“o que não é meu”) são repropostos e reformulados via tradução. O discurso ao redor da antropofagia oswaldiana é o que dá a tônica para tratar do “problema da situação do poeta brasileiro perante o universal”. Em “Da razão antropofágica: a Europa sob o signo da devoração”, de 1981, republicado em *Metalinguagem & outras metas* (1992) como “Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira”, Haroldo de Campos afirma que

tivemos um sentido agudo dessa necessidade de pensar o nacional em relacionamento dialógico e dialético com o universal. A “Antropofagia” oswaldiana [...] é o pensamento da devoração crítica do legado cultural universal, elaborado não a partir da perspectiva submissa e reconciliada do “bom selvagem” [...], mas segundo o ponto de vista desabusado do “mau selvagem”, devorador de brancos, antropófago. Ela não envolve uma submissão (uma catequese), mas uma transculturação; melhor ainda, uma “transvalorização”. (1992: 234)

Essa transculturação devoradora envolve transformar e deglutir o legado cultural universal. Promove-se uma apropriação dos textos, em que até a tradição literária brasileira é incorporada às traduções (João Cabral de Melo Neto em Goethe, versos de Lupicínio Rodrigues em Donne etc). Com esse tipo de intervenção pretende promover tanto um releitura do local quanto do universal.

No texto da *Routledge encyclopedia of translation studies* (1997) sobre o Brasil, assinado por Wyler e Barbosa, afirma-se que as reflexões teóricas dos irmãos Campos “sobre sua prática de tradução são o que há de mais próximo de uma teoria da tradução no Brasil” (p. 332). Não podemos esquecer, entretanto, que a prática tradutória deles tem uma estreita relação com sua escrita. É engajada e relacionada à poesia que produzem. Nesse sentido, a intervenção ou a apropriação que promovem pode ser vista como adequação às concepções de literariedade dos autores.

Examinei as concepções de dois autores, Berman e Venuti, que consideram que a boa tradução, a ética, não envolve a assimilação do Outro. E de outros dois autores, Haroldo e Augusto de Campos, que explicitam sua intervenção nos textos. São autores falando de lugares muito diferentes e que atribuem diferentes valores para “apropriação”. Mas essa exposição leva não só a descartar o que tradicionalmente se pensava sobre tradução — que envolve uma troca neutra, um diálogo pacífico entre línguas e culturas — como também a refletir sobre a questão de sua teorização. As tomadas de posição desses autores indicam que também não há neutralidade nesse campo, ou seja, não há como estabelecer uma ética tradutória universalmente válida.

Como qualquer produção humana, teoria e prática da tradução relacionam-se com contexto e história. Assim como os contextos mudam, as sociedades se transformam, as relações entre povos modificam-se. E também se alteram as maneiras de se conceber a tradução. Ao se analisar a história da tradução, por exemplo, verifica-se que há épocas e contextos em que foi considerada como uma ameaça, mas também se observa que foi intensamente praticada, em outros momentos, com o objetivo de forjar ou solidificar uma cultura nacional.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Heloisa & WYLER, Lia (1997) “Brazilian tradition”. Mona Baker (org.) *Encyclopedia of translation studies*. London: Routledge.
- BERMAN, Antoine (1984) *L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Paris: Gallimard.
- _____ (1995) *Pour une critique des traductions: John Donne*. Paris: Gallimard.
- CAMPOS, Augusto de (1978) *Verso, reverso, controverso*. São Paulo: Perspectiva.
- CAMPOS, Haroldo de (1977) “A palavra vermelha de Hoelderlin”. *A arte no horizonte do provável*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1981) *Deus e o diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1992) “Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira”. *Metalinguagem e outras metas*. 4. ed. aum. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1997) “Questões fáusticas”. *O arco-íris branco*. Rio de Janeiro: Imago.

- MORENO, Silene (2001) *Ecos e reflexos: a construção do cânone de Augusto e Haroldo de Campos a partir de suas concepções de tradução*. Tese de Doutorado em Língua Aplicada. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- VENUTI, Lawrence (1995) *The translator's invisibility: a history of translation*. London: Routledge.
- _____ ([1998] 2002) *Escândalos da tradução*. Trad. de Laureano Pelegrin, Lucinéa Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC.
- WYLER, Lia (1999) “Uma perspectiva multidisciplinar da tradução no Brasil”. Marcia A. P. Martins (org.) *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.